

idp

LAW AND ECONOMICS

INSTITUTO BRASILEIRO DE **Ementa do Curso**

ENSINO,

DESENVOLVIMENTO E

PESQUISA

O funcionamento das instituições precisa estar corretamente calibrado de forma a contribuir com uma eficiente coordenação do sistema econômico e a promover o desenvolvimento econômico. O Estado, por meio da legislação e das políticas públicas, é fundamental neste processo, pois tem o papel de criar várias das regras que fazem a condução da sociedade.

PROGRAMA DE

MESTRADO

PROFISSIONAL EM

ECONOMIA

A Análise Econômica do Direito, por meio da aplicação principalmente da microeconomia e da economia do bem-estar social, disponibiliza uma teoria comportamental baseada em como as pessoas respondem a incentivos para se examinar a formação e os impactos da legislação e da atuação governamental.

Nesse sentido, serão estudados, além dos tradicionais assuntos de Law and Economics, como teoria econômica da propriedade, dos contratos, da responsabilidade civil, do processo penal e do processo judicial, temas relacionados com as seguintes áreas: Nova Economia Institucional, Teoria dos Jogos e Avaliação de políticas públicas *ex ante* e *ex post*.

Carga Horária: 40h

Créditos: 02

Objetivos do Curso

Categoria: Optativa

Discutir teorias e instrumentos que possam ser aplicados ao funcionamento do Estado e à construção das intervenções públicas, permitindo ao aluno desenvolver capacidade de examinar criticamente as ações estatais, com foco no desenvolvimento econômico.

Leituras Obrigatórias

SALAMA, B. M. Estudos em direito & economia: micro, macro e desenvolvimento. Curitiba: Editora Virtual Gratuita - EVG, 2017. Disponível em: https://works.bepress.com/bruno_meyerhof_salama/135/download/

Leituras Complementares

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; BEGG, D. (2003). Introdução à Economia: para cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier.

FIANI, Ronaldo. (2011). Cooperação e Conflito: Instituições e Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Elsevier.

OLSON, M. (1965). The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups. Harvard University Press.

Leituras Obrigatórias

MENEGUIN, F. B.; SILVA, R. S. (org.). Avaliação de impacto legislativo: cenários e perspectivas para sua aplicação. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. 2017. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/535244>

Leituras Complementares

SOARES, F. M. Legística e Desenvolvimento: a qualidade da lei no quadro da otimização de uma melhor legislação. Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte, nº 50, p. 124-142, jan. – jul./2007. Disponível em: <http://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/31>

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S. Regulação Ótima e a Atuação do Judiciário: uma Aplicação de Teoria dos Jogos. Economic Analysis of Law Review, v. 6, nº1, jan-jun/2015.

MENEGUIN, F. B. Qual a quantidade ótima de intervenção judicial nas políticas públicas? Brasil, Economia e Governo, fev/2014. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2014/02/10/qual-aquantidade-otima-de-intervencao-judicial-nas-politicas-publicas/>

Leituras Obrigatórias

FIANI, Ronaldo. Teoria dos Jogos: com aplicações em Economia, Administração e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Leituras Complementares

TIMM, Luciano Benetti. Direito e Economia no Brasil. São Paulo: Atlas, 2012.

MENEGUIN, Fernando B.; BUGARIN, Maurício S. A informalidade no mercado de trabalho e o impacto das instituições: uma análise sob a ótica da teoria dos jogos. Economia Aplicada, Set 2008, vol.12, no.3, p.341-363.

KAPLOW, L; SHAVELL, S. (2004). Decision Analysis, Game Theory, and Information. Foundation Press.

Leituras Obrigatórias

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. "Law and Economics, 6th edition" (2016). Berkeley Law Books. Disponível em: <https://scholarship.law.berkeley.edu/books/2/>

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, T. T. S. (2017). O Dilema entre a Eficiência de Curto e de Longo Prazo no Ordenamento Jurídico e o Impacto no Crescimento Econômico. Revista Direito Público, Volume 13, n. 74, 2017, 9-29, mar-abr 2017 Porto Alegre: IDP. Disponível em <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2710>

Leituras Complementares

TIMM, Luciano Benetti. Direito e Economia no Brasil. São Paulo: Atlas, 2012.

ZYLBERSTAJN, D.; STAJN, R. Direito & Economia – Análise Econômica do Direito e das Organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SANTOS, P. F. O.; MENEGUIN, F. B. (2014). Há incompatibilidade entre eficiência e legalidade? Revista de informação legislativa, v. 51, n. 201, pp. 7-16, jan./mar- 2014. Brasília: Senado Federal. Disponível no endereço <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/502949>
